

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX-UF**

Referente ao processo n.º

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, apresentar suas

ALEGAÇÕES FINAIS POR MEMORIAIS

pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

1- RESUMO DOS FATOS

O acusado fora denunciado como incurso no artigo responde 155, §4º, I, II e IV do CP, por supostamente ter subtraído para si coisa alheia móvel, consistente em (fls.27-32).

A defesa preliminar apresentou resposta á acusação por intermédio da Defensoria Pública (fl.224).

Em audiência foram ouvidas a vítima e as testemunhas fls. 235 a 237).

Houve aplicação do art. 367 do CPP em relação ao acusado **FULANO**, decretando-se a revelia (fl.256).

Em sede de alegações finais, o Ministério Público requereu a condenação do acusado, nos termos da denúncia.

Vieram os autos com vistas à defesa técnica para a apresentação de memoriais, o que ocorre oportunamente.

É o relato do necessário.

2 - DA INSUFICIÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA DELITIVA

É de se verificar em todos os depoimentos colhidos em sede juízo que nenhuma das testemunhas reconheceu o acusado **FULANO** como um dos autores da empreitada criminosa, não sendo as provas produzidas suficientes para a prolação de um decreto condenatório.

Não há filmagens do fato nos autos.

A vítima **FULANO (fls. 236)**, dono da residência furtada, confirmou a subtração dos bens, mas por **não ter presenciado o fato**, não pôde contribuir para a elucidação da autoria. PCDF **FULANO** em depoimento gravado em sistema audiovisual (fls. 252) afirmou categoricamente que **“não foram as imagens que me deram a certeza de que era o FULANO, eu não estou me baseando nas imagens é um fato complementar para gente na nossa informação. O que me confirmou que foi o FULANO: 1º- a localização dos objetos na casa dele. 2º- a confirmação do próprio FULANO, essa foi que confirmou que o FULANO participou com ele.”** Seu depoimento, portanto, também não tem aptidão para contribuir

para a elucidação da autoria, pois o coautor de Jonas poderia ser qualquer pessoa, não aparece a imagem do rosto dele.

Apesar de o policial mencionar imagens como prova da autoria, **não há filmagens do fato nos autos.**

O Ministério Público, em suas alegações finais, requereu a condenação com substrato em depoimentos colhidos sem a possibilidade do exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa por parte de **FULANO**. Logo, jamais os interrogatórios judiciais dos corréus poderiam ser utilizados como meio de prova para fundamentar eventual condenação, em virtude da não participação do réu **FULANO** quando da colheita dos depoimentos.

Assim, por insuficiência de provas da autoria delitiva, a defesa requer a absolvição do réu, na forma do art. 386, V do Código de Processo Penal.

3 - DA EXCLUSÃO DAS QUALIFICADORAS DA DESTRUIÇÃO DE OBSTÁCULO E DA ESCALADA, ANTE A AUSÊNCIA DE EXAME PERICIAL

Verifica-se, ainda, não ter havido exame pericial que demonstrasse a destruição ou rompimento de obstáculo à

subtração da coisa, não obstante a descrição da referida qualificadora na exordial acusatória. A regra do art. 171 do Código de Processo Penal exige que nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo seja obrigatório o laudo pericial, quando não tenham desaparecido os vestígios do rompimento, situação que se adequa perfeitamente ao caso em tela. Neste sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

*Processo AgRg no HC 220462 / MG AGRADO
REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS
2011/0235542-3 Relator(a) Ministro MARCO
AURÉLIO BELLIZZE (1150) Órgão Julgador
T5 - QUINTA TURMA Data do Julgamento
19/04/2012*

Data da Publicação/Fonte DJe 08/06/2012

Ementa

*AGRADO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS.
FURTO. DESTRUIÇÃO OU ROMPIMENTO
DE OBSTÁCULO. CRIME QUE DEIXA VESTÍGIOS.
PERÍCIA TÉCNICA.*

*IMPRESCINDIBILIDADE. RECURSO A QUE SE
NEGA PROVIMENTO.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça possui
entendimento pacífico no sentido de que,
**tratando-se o furto qualificado pelo
rompimento de obstáculo de delito que deixa***

vestígio, é indispensável a realização de perícia para a sua comprovação, a qual somente pode ser suprida por prova testemunhal quando desaparecerem os vestígios de seu cometimento ou estes não puderem ser constatados pelos peritos.

Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

Ademais, o art. 158 do CPP é expresso no sentido da indispensabilidade do exame de corpo de delito quando a infração deixar vestígios, o que ocorre em relação ao fato em apuração. A prova testemunhal supre a falta do exame, eis que, na espécie, não houve desaparecimento dos vestígios, mas apenas a inércia estatal quanto à realização da perícia. **Sendo assim, é imprescindível a realização do exame de corpo de delito, requerendo a defesa a exclusão da referida qualificadora.**

No que tange à qualificadora atinente à escalada (art. 155, §4º, II do CPP), é aplicável o mesmo raciocínio. Nenhum exame de local foi realizado para atestar a escalada. A ausência de exame está em manifesta contrariedade ao que disposto no art. 171 do Código de Processo Penal, *in verbis*:

Art. 171. Nos crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo a subtração da coisa, ou por meio de escalada, os peritos, além de descrever os vestígios, indicarão com que

instrumentos, por que meios e em que época presumem ter sido o fato praticado.

Nenhum perito foi ao local para verificar se havia muro ou grade de difícil transposição que justificasse a incidência da qualificadora. Ademais, a própria vítima, às fls. 321 afirmou categoricamente que **“havia uma parte do lote que não era murado”**, o que indica a possibilidade de que os autores do furto tenham entrado na residência exatamente por este local, sem a necessidade de subir o muro.

E ainda que se admitisse a subida pelo muro, é de se dizer que o entendimento da doutrina é no sentido de que a escalada somente se configura se o esforço realizado pelo agente for descomunal, revelador de audácia diferenciada, não existindo prova nos autos neste sentido. **Desta forma, é de se requerer a exclusão das qualificadoras atinentes a escalada e rompimento de obstáculo.**

5 - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer a Defesa:

- a) a absolvição do acusado por insuficiência de provas da autoria delitiva, ou a exclusão das qualificadoras na forma do art. 386, V e VII do CPP;**
- b) A fixação da pena-base no mínimo legal;**

c) A fixação do regime aberto para o cumprimento da pena e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Nestes termos.

Pede deferimento.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL
Defensor Público

FULANO DE TAL
Defensor Público